

ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 003 / TAGUS/ 10216 / 2019

Renovação de aldeias

(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio e Portaria n.º 249/2016, de 15 de Setembro, Portaria n.º 238/2017, de 28 de Julho e Portaria n.º 46/2018, de 12 de Fevereiro, Portaria n.º 214/2018 de 18 de Julho, Portaria n.º 303/2018 de 26 de Novembro e Portaria n.º 133/2019 de 9 de Maio.)

A submissão de candidaturas é efetuada entre 14 de Agosto (09:00:00) e 15 de Outubro (16:59:59) de 2019 ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016 de 25 de Maio, na versão republicada pela Portaria n.º 133/2019 de 9 de Maio, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea f) do art.º 2.º.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir o objetivo de preservar, conservar e valorizar os elementos patrimoniais locais, paisagísticos e ambientais, bem como dos elementos que constituem o património imaterial de natureza cultural e social dos territórios.

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos em recuperação e beneficiação do património local, paisagístico e ambiental de interesse coletivo e seu apetrechamento, sinalética de itinerários paisagísticos, ambientais e agroturísticos e elaboração e divulgação de material documental relativo ao património alvo de intervenção, incluindo acções de sensibilização, produção e edição de publicações ou registos videográficos e fonográficos com conteúdos relativos ao património imaterial e outros investimentos relativos ao património imaterial, nomeadamente aquisição de trajes, estudos de inventariação do património rural, bem como do “saber fazer” antigo dos artesãos, das artes tradicionais, da literatura oral e de levantamento de expressões culturais tradicionais, imateriais, individuais e colectivas, cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja igual ou superior a 5.000 EUR e inferior ou igual a 200.000 EUR.

3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL TAGUS, a saber:

- Abrantes (As freguesias não rurais não são elegíveis: União das freguesias de Abrantes São Vicente e São João e Alferrarede, União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo)
- Constância
- Sardoal

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de 305.000,000 EUR (trezentos e cinco mil euros).

5. NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS ADMITIDAS POR BENEFICIÁRIO

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições de admissibilidade exigidas nos artigos 44.º, 45.º e 46.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de Maio, na versão republicada pela Portaria 133/2019, de 9 de Maio.

7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, são seleccionadas para hierarquização de acordo com os seguintes critérios de mérito da fórmula da Valia Global da Operação (VGO):

$$VGO = 0,10 \times PUE + 0,30 \times HES + 0,60 \times EDL$$

Em que,

PUE - Candidatura com investimento relacionado com proteção e utilização eficiente dos recursos

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a proteção e ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos nos termos da OTE nº 33/2016.

Rubricas	Sub-rubricas
Imateriais	Certificação no domínio da eficiência energética ou das energias renováveis
	Certificações Ambientais
	Estudos e trabalhos de consultoria no domínio da eficiência energética ou das energias renováveis
Materiais	Edifícios e outras construções afectos a investimentos na melhoria da eficiência energética
	Edifícios e outras construções afectos a investimentos para a utilização de energias renováveis ou valorização/reutilização de sub-produtos
	Equipamentos afectos a investimentos para a utilização de energias renováveis ou valorização/reutilização de sub-produtos
	Equipamentos afectos a investimentos na melhoria da eficiência energética

HES - Capitalização do valor histórico, económico ou social

Pontuação atribuída em função de o projeto de investimento promover a capitalização do valor histórico, económico ou social: atividades identificadas no plano de intervenção para mobilização dos recursos necessários à sustentabilidade dos elementos patrimoniais locais intervencionados (refuncionalização, atividades de manutenção, animação turística e sociocultural, concessão de exploração suportadas por protocolos e/ou contratos)

- Se a candidatura prevê duas ou mais das actividades indicadas (refuncionalização, atividades de manutenção, animação turística e sociocultural, concessão de exploração suportadas por protocolos e/ou contratos)- 20 pontos
- Se a candidatura prevê apenas uma das actividades indicadas (refuncionalização, atividades de manutenção, animação turística e sociocultural, concessão de exploração suportadas por protocolos e/ou contratos)- 10 pontos
- Se a candidatura não prevê nenhuma das seguintes actividades indicadas (refuncionalização, atividades de manutenção, animação turística e sociocultural, concessão de exploração suportadas por protocolos e/ou contratos)- 0 pontos

EDL - Nível de contribuição da candidatura para os objetivos da EDL

Pontuação atribuída em função do contributo da candidatura para os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Local.

$$ELD = 0.70 \times NC \text{ ELD} + 0.30 \times IEA$$

NCELD- Nível de Contribuição da Candidatura para os objectivos da EDL

Factores de Avaliação	Pontuação
O património objecto da candidatura enquadra-se nas tipologias de património prioritário identificado na EDL	20
O património objecto da candidatura não se enquadra nas tipologias de património prioritário identificado na EDL, mas enquadra-se nas tipologias identificadas no ponto 2.3.2 da OTE N.º. 33/2016	10
O património objecto da candidatura não se enquadra nem nas tipologias de património prioritário identificado na EDL, nem nas tipologias identificadas no ponto 2.3.2 da OTE N.º33/2016	0

	Tipologias de Património
Prioritárias na EDL	<p>Objectivo Estratégico n.º 3 Valorizar os recursos endógenos</p> <p>Prioridades 3.1: divulgação e valorização dos recursos territoriais;</p> <p>3.1.b - edição de material de divulgação (impresso e multimédia) sobre as redes de núcleos museo-pedagógicos</p> <p>Prioridades 3.2: valorização do património tradicional;</p> <p>3.2.a - definição e sinalização de rotas turísticas em torno do património e recursos endógenos do território;</p> <p>3.2.b - apoio a pequenas infraestruturas e trabalhos de recuperação e beneficiação do património rural integrado em rotas;</p> <p>3.2.c - elaboração de material documental e promocional do património rural integrado nas rotas;</p>

	<p>Prioridades 3.3: diversificação e o reforço dos equipamentos e atividades de animação turística;</p> <p>3.3.a - apoio à criação e adaptação de espaços para equipamentos de animação turística;</p> <p>3.3.b - apoio à conceção e implementação de conteúdos para equipamentos de animação turística;</p> <p>3.3.c - elaboração de material documental e de divulgação dos espaços, serviços e equipamentos de animação turística.</p>
<p>Ponto 2.3.2 da OTE Nº33/2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Obras de recuperação e beneficiação do património local, paisagístico e ambiental de interesse coletivo e seu apetrechamento, incluindo obras e equipamentos associados à preservação de património imaterial; - Sinalética de itinerários paisagísticos, ambientais e agroturísticos; - Elaboração e divulgação de material documental relativo ao património alvo de intervenção, incluindo ações de sensibilização, sendo apenas elegíveis despesas com elaboração e divulgação de material documental; - Produção e edição de publicações ou registos videográficos e fonográficos com conteúdos relativos ao património imaterial; - Outros investimentos relativos ao património imaterial, nomeadamente aquisição de trajes, estudos de inventariação do património rural, bem como do «saber-fazer» antigo dos artesãos, das artes tradicionais, da literatura oral e de levantamento de expressões culturais tradicionais imateriais individuais e coletivas.

IEA - Investimento elegível apurado

<p>Investimento elegível apurado</p>	<p>O investimento elegível apurado em sede de análise é igual ou inferior a 50.000€ ($\leq 50.000\text{€}$)</p>	<p>20</p>
	<p>O investimento elegível apurado em sede de análise situa-se entre 50.000€ e 100.000€.</p>	<p>10</p>
	<p>O investimento elegível apurado em sede de análise é igual ou superior a 100.000€ ($\geq 100.000\text{€}$)</p>	<p>0</p>

Aos critérios de seleção indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção, e uma pontuação entre 20 e 0 para o critério de seleção EDL.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de desempate

A sua utilização e ordem de aplicação é da responsabilidade dos GAL, estando definidos nos avisos de abertura de concursos:

- 1º - Candidatura com maior pontuação na valia da EDL;
- 2º - Candidatura com maior pontuação na valia do PUE;
- 3º - Candidatura com maior valia do HES;
- 4º - Ordem de receção de candidatura no sistema de informação.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite máximo de 200 000 EUR de apoio por beneficiário, durante o período de programação.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é de 80% conforme definido no ponto 2 do artigo n.º 49º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de Maio na versão republicada pela Portaria 133/2019, de 9 de Maio.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

Com exceção das despesas referidas no n.º 1 do anexo XI, da Portaria citada, apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão da candidatura.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo XI da mesma Portaria.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário electrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.portugal2020.pt, do PDR2020 em www.pdr-2020.pt ou no sítio do GAL em www.tagus-ri.pt e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio do GAL em www.tagus-ri.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL TAGUS através do endereço tagus2020@tagus-ri.pt ou pelo telefone +351 241 106 000.

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

Abrantes, 2 de Agosto de 2019

O Presidente do Órgão de Gestão



Sérgio Miguel Oliveira